

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.044 - RJ
(2019/0234532-4)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : AALBORG COMERCIO E SERVICOS MARITIMOS LTDA
ADVOGADOS : CAMILA CRISTINA MAGRILLE MOLLE - RJ167531
DANIEL MARIZ GUDINO - RJ118454
BIANCA MENDES LONGO GUDIÑO - RJ162207
SOC. de ADV. : GUDINO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MARCELO ORTIGAO BENIGNO DE CARVALHO - RJ057899

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por AALBORG COMERCIO E SERVICOS MARITIMOS LTDA, em 12/11/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, assim fundamentada:

"Trata-se de Agravo interno, interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 30/09/2019, por meio do qual se impugna decisão, de minha lavra, que conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial, por entender aplicável, no caso, o óbice da Súmula 284/STF, por analogia, tendo em vista a ausência de indicação do dispositivo legal em relação ao qual teria sido dada a alegada interpretação divergente.

Em seu Agravo interno, a ora agravante sustenta, em resumo, 'que o recurso especial foi interposto com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional (art. 105, III, da CF)' e que 'não há que se falar na ausência de indicação do dispositivo de lei federal que teria sido violado, circunstância que afasta o óbice da Súmula 284/STF' (fl. 420e).

Ao final, requer 'o provimento do presente agravo, a fim de que, seja reformada a r. decisão agravada, com o provimento do recurso especial' (fl. 424e).

Contraminuta a fls. 432/435e.

A par da análise dos argumentos desenvolvidos pela parte, torno sem efeito a decisão agravada, ante o efeito regressivo produzido pelo presente Agravo interno.

A matéria versada nos autos, relativa à discussão acerca da possibilidade ou não da inclusão da TUSD e TUST na base de cálculo do ICMS incidente sobre a energia elétrica, foi afetada, nesta Corte, para julgamento segundo o rito dos recursos representativos de

Superior Tribunal de Justiça

controvérsia, previsto no art. 543-C, nos ProAfR nos EREsp 1.163.020/RS, REsp 1.692.023/MT, REsp 1.699.851/TO, Tema 986, todos de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIM.

Partindo dessa premissa, ressalta-se que na Questão de Ordem no Ag nº 1.154.599/SP, DJe de 12/05/2011, esta Corte firmou entendimento de que é incabível o agravo interposto contra decisão que nega seguimento a recurso especial que discute matéria submetida a julgamento sob o rito do art. 543-C do CPC.

Ainda, salientou-se que o § 7º do art. 543-C do CPC autoriza que o Presidente do Tribunal de origem obste o trânsito do apelo extremo quando a tese recursal foi sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Destacou-se também que o recurso especial somente terá seguimento para o STJ quando demonstrado que a tese jurídica pacificada nesta Corte não se aplica ao caso concreto, momento em que o recorrente deve provocar o próprio Tribunal de origem, via agravo interno, para somente depois buscar acesso a esta Corte de uniformização.

Nesse sentido:

'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. LEI N. 12.322/2010. APLICAÇÃO. DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. A lei que rege a interposição do recurso é a vigente à época da publicação da decisão que se quer combater e, quando da publicação da decisão agravada, em 2.12.2010, a Lei n. 12.322/2010 ainda não estava em vigor, uma vez que foi publicada em 10.9.2010, com vacatio legis de 90 dias.

2. Precedente: EREsp 740.530/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 1.12.2010.

3. Ademais, recentemente a Corte Especial consagrou entendimento no sentido de não ser cabível agravo de instrumento contra a decisão que nega seguimento ao recurso especial lastreada no artigo 543-C, § 7º, inciso I, do CPC, pois o acórdão recorrido estaria no mesmo sentido daquele proferido em recurso representativo de controvérsia por este Superior Tribunal.

4. Precedente: QO no Ag 1.154.599-SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, julgada em 16.2.2011.

5. Agravo regimental não provido' (AgRg no AREsp nº 677/RS,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 15/4/2011).

Observe-se que tal entendimento conta com o respaldo da Suprema Corte, consoante se infere da leitura do seguinte aresto:

'Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental.

1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral.

2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do TF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação.

3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida.

4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem' (AI-QO 760358, Relator Ministro GILMAR MENDES (Presidente), Tribunal Pleno, DJe de 18.2.2010).

O STJ afirmou ainda que, qualquer irrisignação que tenha por objeto questão já pacificada em recurso julgado pelo procedimento previsto nos arts. 543-B e 543-C do CPC **ou afetada para julgamento segundo esse rito deve ser devolvida aos tribunais locais**, a fim de que o órgão adequado exerça a competência que lhe foi atribuída pela Lei 11.672/2008.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO

Superior Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE ORIGEM. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, NO QUAL SE DISCUTE QUESTÃO IDÊNTICA. PROVIDÊNCIA QUE NÃO ENSEJA PREJUÍZO A NENHUMA DAS PARTES. NECESSIDADE DE SE OBSERVAR OS OBJETIVOS DA LEI 11.672/2008.

1. O Código de Processo Civil admite a interposição de agravo regimental apenas quando o Relator trata sobre a viabilidade ou não do recurso (nega seguimento ou dá provimento ao recurso), conforme se depreende do art. 557 do CPC. No caso concreto, considerando que a decisão ora agravada não tratou sobre a viabilidade ou não do recurso especial, é manifestamente inadmissível a interposição de agravo regimental em face do julgado, sobretudo porque a determinação em comento não enseja prejuízo para as partes.

2. Em relação ao alegado prejuízo, é manifesta a sua não ocorrência, não obstante os esforços da agravante. Isso porque a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia (atualmente pendente de julgamento), o recurso especial (objeto do agravo) seja apreciado na forma do art. 543-C, § 7º, do CPC – 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; (ou) 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça – não tem aptidão para gerar nenhum prejuízo ao recorrente. Ressalte-se que *"tem a parte interesse e legitimidade de recorrer somente quando a decisão agravada lhe causar prejuízo ou lhe propiciar situação menos favorável, pois só recorre quem sucumbe"* (AgRg na Rcl 1.568/RR, Corte Especial, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 1º.7.2005).

3. Ademais, se o Ministro Relator admite o recurso especial como representativo da controvérsia e determina a suspensão dos demais recursos (como ocorre no caso dos autos), comunicando a decisão aos Tribunais de segundo grau, não se revela adequado que seja admitido ou inadmitido recurso especial no qual se discuta questão idêntica, antes do pronunciamento

definitivo do Superior Tribunal de Justiça (art. 543-C, §§ 1º e 2º, c/c o art. 2º da Resolução 8/2008 do STJ).

4. Além disso, em razão das modificações inseridas no Código de Processo Civil pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008 (que incluíram os arts. 543-B e 543-C, respectivamente), não há óbice para que o Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o recurso especial apenas quando exaurida a competência das instâncias ordinárias. **Nesse contexto, se há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF e/ou recurso especial cuja questão central esteja pendente de julgamento em recurso representativo da controvérsia no âmbito desta Corte (caso dos autos), é possível ao Relator determinar que o recurso especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, e/ou após cumprido o disposto no art. 543-C, § 7º, do CPC. É oportuno registrar que providência similar é adotada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.**

5. Entendimento em sentido contrário – para que a suspensão ocorra sempre no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – implica esvaziar um dos objetivos da Lei 11.672/2008, qual seja, *"criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda"* deste Tribunal. Assim, deve ser *"dada oportunidade de retratação aos Tribunais de origem, devendo ser retomado o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida"*, sendo que tal solução *"inspira-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06 que criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal"*, conforme constou expressamente das justificativas do respectivo Projeto de Lei (PL 1.213/2007).

6. Agravo regimental não conhecido' (AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe de 23/05/2012, grifou-se).

No mesmo sentido:

'PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DISCUSSÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO INDEVIDAMENTE RECEBIDO, QUALIFICADO COMO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. MATÉRIA SUBMETIDA A RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. SOBRESTAMENTO NA ORIGEM. NECESSIDADE. RETORNO DOS AUTOS.

(...)

2. A temática acerca da possibilidade de inscrição em dívida ativa de benefício previdenciário indevidamente recebido, qualificado como enriquecimento ilícito, encontra-se afetada à Primeira Seção do STJ aguardando o julgamento do REsp 1.350.804 - PR, relatoria Min. Mauro Campbell, sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC).

3. A afetação de recurso especial como representativo da controvérsia demanda à Corte de origem a suspensão de recursos que abordem questão análoga, até o julgamento definitivo da controvérsia. Após o pronunciamento desta Corte, os recursos suspensos devem ser analisados na forma prevista nos §§ 7º e 8º do art. 543-C do CPC (art. 5º, inciso III, da Resolução n. 8/2008 da Presidência do STJ).

Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para anular o acórdão embargado e tornar sem efeito a decisão monocrática, ao passo que determino a devolução do processo ao Tribunal de origem' (EDcl no AgRg no AREsp 225.034/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe de 02/04/2013).

E, ainda, dentre inúmeras, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.446.762/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Data da Publicação: 22/04/2014; REsp 1.358.570/MG, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, Data da Publicação: 05/09/2013; EDcl no REsp1.306.925/AL Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data da Publicação: 07/06/2013.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o acórdão recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada

Superior Tribunal de Justiça

pelo STJ, ou para que ele seja provido, conforme o caso, quando o acórdão recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos da sistemática legal do recurso repetitivo" (fls. 438/442e).

Inconformada, a embargante sustenta o seguinte:

"Inicialmente, é necessário esclarecer que os recursos inadmissíveis não podem ser sobrestados, já que devem ter seu seguimento negado de imediato. Ou seja, de acordo com o CPC/73 o correto é que as hipóteses de sobrestamento somente sejam aplicáveis aos recursos que já foram admitidos em seu grau inicial de apreciação de admissibilidade.

Dentre tais recursos admissíveis, serão escolhidos algum (ou alguns) para julgamento por amostragem, enquanto os demais irão aguardar o julgamento desse(s) recurso(s) representativo(s) da controvérsia.

Desse modo, não faz o menor sentido sobrestar um recurso inadmissível – seja pela questão preliminar que for – já que ele jamais poderia ter como resultado o mesmo do representativo da controvérsia.

A razão é evidente, já que o destino de recurso inadmissível é não prosperar.

Em igual sentido seria o sobrestamento de recurso intempestivo, deserto, ou qualquer outro que não preencha algum requisito de admissibilidade recursal. Como ele não poderá ser conhecido, não terá o resultado adotado no recurso representativo da controvérsia, julgado por amostragem. Logo, não seria o caso de sobrestá-lo.

Inclusive, no mesmo sentido é o posicionamento desta Corte, que inúmeras vezes já se manifestou a respeito da impossibilidade de sobrestamento de recursos inadmissíveis:

(...)

Reduzindo a lide à sua essência, embora inúmeros casos envolvendo a incidência de ICMS sobre os valores referentes à TUSD e à TUST cobrados na fatura de energia elétrica tenham 'invadido' o Poder Judiciário, sendo realmente necessário unificar a jurisprudência a respeito; apenas os recursos que já haviam sido considerados admissíveis devem ser sobrestados.

Contudo, data maxima venia, não é possível determinar se V. Ex^a garantiu a admissibilidade do recurso incidentalmente, ou se o que ocorreu foi o sobrestamento equivocado de recurso inadmissível.

Desse modo, considerando que o Recurso Especial inicialmente

Superior Tribunal de Justiça

atacado pela Embargada, respeitosamente se requer que V. Ex^a esclareça se o recurso INADMISSÍVEL deve ser sobrestado; OU, se na realidade o que se pretende é decidir sobre a admissibilidade do supracitado Recurso Especial, para, na remota hipótese que REALMENTE seja admissível, sobrestá-lo após remessa ao Tribunal" (fls. 448/449e).

Requer, ao final, "o conhecimento dos presentes Embargos de Declaração para que seja esclarecido o referido ponto acerca do r. julgamento monocrático do Agravo Interno de e-fls. 438-442, e a consequente reforma da decisão para manutenção da inadmissibilidade do Recurso Especial interposto pela Embargada e afastamento do sobrestamento do feito" (fl. 449e).

A parte embargada apresentou impugnação, afirmando que, "embora o recurso integrativo sustente a existência de vício no julgado, não demonstra em que medida a decisão embargada teria sido omissa, contraditória ou obscura, pois se limitou a alegar genericamente a existência de vícios, apontando fundamento expressamente rechaçado pela r. decisão embargada, o que torna deficiente a fundamentação recursal" (fl. 455e).

Os Embargos de Declaração não merecem ser conhecidos.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na espécie, contudo, a parte embargante não desenvolver razões aptas a indicar qualquer vício na decisão embargada, como exige o art. 1.023, caput, do CPC/2015, ao assim dispor:

"Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, **com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão**, e não se sujeitam a preparo".

Ressalte-se que a parte inseriu tópico intitulado DA OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E OMISSÃO: SOBRESTAMENTO DE RECURSO INADMISSÍVEL (OU NÃO?), sem demonstrar, no entanto, em que consistiriam tais vícios na decisão embargada.

Vale observar que a ausência de indicação precisa dos vícios que justificariam a oposição dos Embargos de Declaração, além de descumprir a exigência do art. 1.023 do CPC/2015, impede a exata compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

A propósito, já decidiu a Corte Especial do STJ:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE NENHUM DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO NOVO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. A ausência de indicação, nas razões dos embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios enumerados no art. 1.022 do CPC/2015 implica o não conhecimento dos aclaratórios por descumprimento dos requisitos previstos no art. 1.023 do mesmo diploma legal, além de comprometer a exata compreensão da controvérsia trazida no recurso. Aplicação da Súmula n. 284 do STF.

2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt nos EAREsp 635.459/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/03/2017).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. JULGAMENTO DE AGRAVO INTERNO QUE MANTÉM A DECISÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.

I - A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), caso dos autos, o que, por si só, é suficiente para o não conhecimento do recurso, na medida em que a deficiência da argumentação inviabiliza a compreensão exata da controvérsia a ser solvida, atraindo a incidência, por analogia, do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

II - Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 865.398/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/03/2017).

Registre-se, de qualquer forma, que, no caso, inexistem quaisquer dos vícios que

Superior Tribunal de Justiça

ensejariam a oposição de Embargos Declaratórios, de vez que a decisão embargada, reconsiderando a decisão monocrática de fls. 398/410e, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o acórdão recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou para que ele seja provido, conforme o caso, quando o acórdão recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos da sistemática legal do recurso repetitivo.

Cumpre destacar, por fim, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, em regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

Com efeito, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Ante o exposto, **não conheço** dos Embargos de Declaração.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

